A INFLUÊNCIA DA DENDEICULTURA NA VILA COMISSÁRIO, EM CONCÓRDIA DO PARÁ-PA

The influence of Dendeiculture in the Commissário village, Concordia do Pará, Pará state

Lucas de Jesus Costa[1]
Afonso Welliton de Sousa Nascimento[2]
Raquel de Jesus Costa[3]
Leonira Barradas Silva[4]

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e apresentar as mudanças ocasionadas por esta atividade. O estudo foi realizado na Vila Comissário, localizada na zona rural do município de Concórdia do Pará. Possui caráter qualitativo e quantitativo, com entrevistas abertas e orientadas por um questionário, envolvendo 28 moradores entre eles agricultores, autônomos, aposentados e assalariados no dendê e no serviço público. Apesar de muitos moradores ainda trabalharem na agricultura familiar, não representam a maioria da vila. Algumas famílias optaram por uma renda mensal fixa fora do lote, tornando-se assalariados em uma empresa produtora de dendê. Desta forma, por meio deste trabalho observou-se a realidade das famílias que persistem em morar na vila, mesmo sem ter sua renda unicamente proveniente da agricultura familiar e sofrendo as influências da chegada da dendeicultura na região, das mudanças ocasionadas por meio da integração da agricultura familiar ao agronegócio do dendê e do assalariamento. Percebe-se com esse novo cenário, a predominância de assalariados e famílias pluriativas, combinando a atividade agrícola com o assalariamento.

Palavras-Chave: Diversidade de renda; integração; assalariamento; dendeicultura.

[1] Licenciado em Educação do Campo com ênfase em Ciências Naturais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Baixo Tocantins / Abaetetuba (CUBT), polo de Acará. E-mail: lucas.costaufpaedcampo@gmail.com

[2] Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo (FADECAM /CUBT/ UFPA).

[3] Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da UFPA.

[4] Bacharel em Agronomia pela UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá (CUNTINS).

ABSTRACT

Research for this article was conducted in Vila Comissário, located in a rural zone of the Concórdia municipality, Pará state, Brazil. Research was based on qualitative and quantitative methods, involving open and questionnaire-oriented interviews with 28 residents, among them farmers, self-employed residents, retirees, salaried oil palm workers and public service employees. The study seeks to analyze the influence of oil palm production in Vila Comissário, Concórdia do Pará and identifies changes brought on by this activity. While many residents still work in family farming, most in the village do not. Some families opted for a fixed monthly income outside their rural properties, becoming salaried employees of the palm oil company. Research results show that some families remain in the village without earning their living from family farming. It also showed the impacts of oil palm and its arrival in the region and the changes caused by the integration of the family famers into oil palm agribusinesses. In new scenario, the predominance of salaried employees and families who combine agricultural activities with wage work, is observed in the study site.

Keywords: Income diversity; integration; wage earning; oil palm.

1. INTRODUÇÃO

A necessidade por mudança na matriz energética tem sido pautada em dias atuais devido aos impactos que os combustíveis fósseis causam sobre o meio ambiente. Aliada a essa questão, está a discussão do uso dos agrocombustíveis, considerada uma das alternativas para diminuir a emissão de poluentes e gerar renda no campo (ANDRADE; MICCOLIS, 2010; COSTA, 2014). Diante deste contexto, o governo brasileiro estimulou, nos últimos anos, ações de política pública no sentido de impulsionar a produção de óleo de palma à produção de agrocombustíveis em áreas degradadas e da agricultura familiar. Com o discurso da sustentabilidade ambiental, geração de emprego e renda, o Estado justifica investimentos para o aumento da área plantada, a produção de óleo, o número de empresas do setor na região, o incentivo aos projetos de agricultura familiar e o acréscimo da participação de municípios na cadeia produtiva do dendê (CHAGAS; COSTA, 2018).

Figura 1: Área de produção de dendê da empresa Biopalma da Amazônia S/A

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

O território do Baixo Tocantins encontra-se localizado na região Nordeste do Estado do Pará (Amazônia Oriental, Brasil), abrangendo uma área de 36.024,20 km² e sendo composta por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. Nesta região existe o forte impacto da produção em monocultivo do dendê (*Elaeis guineensis* Jacq.). Há 30 anos, existem no território projetos de produção de dendê, que eram destinados à produção alimentícia e de cosméticos. Contudo, nos últimos cinco anos os investimentos no dendê aumentaram para a produção do biocombustível, principalmente após a instalação das indústrias BioVale, Biopetro e Agropalma, afetando principalmente os municípios de Moju, Tailândia, Acará e Concórdia do Pará (Figura 1).

Os maiores atingidos pelo avanço do cultivo de dendê na região em questão são os agricultores familiares, em suas diversas categorias, que são definidos de acordo com a Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Assim:

> Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
> II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006, p. 01).

Existe uma grande pressão para que outras populações consideradas como tradicionais, como comunidades ribeirinhas e quilombolas[5], entre outras, se integrem à produção de dendê, o que ocasiona a divisão da unidade do grupo, algo relatado por quilombolas na região.

O plantio de dendê exige o uso de grande quantidade de agrotóxicos, o que gera uma série de problemas. Os agrotóxicos param nos braços de rios e lençóis freáticos, e chegam às comunidades a água contaminada. Muitos moradores já sofrem com problemas de pele. Especificamente, quilombolas e agricultores familiares na região do Baixo Tocantins fazem várias queixas em relação à água, que chega depois de passar por propriedades da BioVale.

As pragas relacionadas aos agrotóxicos causam outras dificuldades. Com o uso de venenos nas propriedades das empresas, as pragas acabam indo para as propriedades das famílias. Isso afeta a agricultura familiar e inclusive a criação de pequenos animais, inviabilizando a reprodução socioeconômica dessas pessoas, que acabam vendendo suas propriedades.

As grandes empresas promovem a concentração fundiária nessas regiões, inclusive com capital estrangeiro (CARVALHO, 2013). No dendê, a mecanização não é tão intensa como na produção da cana. Por outro lado, há uma tentativa muito forte das grandes empresas como a Biopetro, BioVale e Agropalma de envolver agricultores familiares na produção da palma, mas o uso da terra familiar para esse cultivo gera vários problemas para essas pessoas, incluindo: o risco da insegurança alimentar e nutricional (ao não cultivarem alimentos para consumo), a perda da autonomia sobre suas terras, a dependência dos preços no mercado do monocultivo de dendê, e a

[5] Os ribeirinhos são considerados como populações que moram às margens dos rios, sendo extrativistas que exercem essa atividade artesanalmente no meio rural, e pescadores que exercem a atividade pesqueira artesanalmente. Já os quilombolas são integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, considerados como comunidades tradicionais, sendo que algumas dessas áreas são ocupadas desde a escravidão no período colonial (BRASIL, 2006, p. 02).

desestruturação do modo de vida dessas comunidades. São contratos que colocam grandes responsabilidades para os agricultores e grandes vantagens para as empresas.

O cultivo do dendê para produção de agrocombustível avançou no Nordeste Paraense nos últimos anos, principalmente, depois do lançamento de programas do Governo Federal, que visava incentivar o plantio em áreas da agricultura familiar (GLASS, 2013). Diante deste contexto, tem-se observado um aumento das áreas de cultivo destinado para a cultura da palma, realocando fatores de produção como terra e trabalho, o que de fato pode ser observado quando analisado os trabalhos de Macedo, Carneiro e Sousa (2014). Dessa forma, estudar a relevância que a economia do óleo da palma ocupou nos últimos anos, no contexto da agricultura familiar na região do Baixo Tocantins, pode possibilitar uma melhor compreensão dos efeitos relacionados sobre a capacidade de produção de alimentos pelos agricultores familiares e de reprodução socioeconômica das famílias, quando analisado o princípio da economia do autoconsumo, tendo em vista que o dendê ocupa áreas que antes eram destinados ao cultivo de subsistência e de venda de excedentes, como o da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a produção de farinha.

Nesse sentido, a expansão das áreas destinadas ao cultivo de dendê ocorreu, principalmente, a partir do ano de 2004, no Governo Lula, com o lançamento da política de apoio à produção de óleo de palma, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

No ano de 2010 foi lançado o Zoneamento Agroclimático do Dendê, e posteriormente o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo. A partir daí os dendezais atingiram grandes extensões de terras, as quais foram tomadas por monoculturas, como é o caso do dendê, no Nordeste Paraense, passando a integrar agricultores familiares na cadeia produtiva (GLASS, 2013). Como forma de ampliar as áreas de plantio da cultura em estabelecimentos familiares, o governo federal criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na modalidade EcoDendê em 2009, disponibilizando financiamento para o cultivo da palma para agricultores familiares. Na ocasião, muitos agricultores familiares firmaram contratos de integração com diversas empresas agrícolas (CHAGAS; COSTA, 2018).

Segundo os dados do BASA (2012), até esse ano no Pará, 772 projetos de

integração foram financiados por agricultores familiares, com uma área de 6.981 hectares. Em 2014, segundo a Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (ABRAPALMA, 2014), o número de agricultores integrados somava 1.124, com uma área de 30.461 hectares. No final de 2016, só a Biopalma contava com 667 famílias. Até dezembro de 2016, a empresa manteve os cerca de 56.487 mil hectares de palmares plantados em terras próprias e 6.500 mil hectares em parceria com agricultura familiar (BIOPALMA, 2016). Atualmente, há 1169 agricultores integrados ao projeto de dendê familiar (SANTOS, 2018). A Figura 2 mostra um desses plantios em áreas de agricultores familiares.

Figura 2: Plantio do dendê em área de um agricultor familiar em Concórdia do Pará-PA

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O PSOP (Produção Sustentável de Óleo de Palma) foi o programa que criou uma linha de crédito chamada de Pronaf EcoDendê para energia renovável e sustentabilidade ambiental. Posteriormente este valor de financiamento da cultura do dendê para a agricultura familiar foi alterado para R$ 80.000,00, o financiamento é de 10 hectares para cada agricultor integrado, com empréstimos de até R$ 65 mil, com juros de até 2% ao ano e prazo de até 20 anos para quitação (BARROS, 2016).

A expansão dos cultivos de dendê, na Amazônia, pode ser considerada como um potencializador de conflitos

socioambientais, pois os interesses e a percepção de cada ator envolvido, empresa, Estado e agricultor familiar, são diferentes (SANTOS, 2018).

> A partir da expansão do dendê, inicia-se uma disputa pelo território alicerçado em padrões de uso da terra totalmente opostos. De um lado, o agronegócio da palma de óleo que tem concentrado a terra, recrutando mão de obra camponesa e engendrando, nas propriedades familiares de camponeses, a produção da palma com a perspectiva de aumentar a renda familiar. Do outro, encontramos famílias camponesas que tem grafado na terra suas estratégias para a manutenção da unidade doméstica, ressignificando suas territorialidades a partir da apropriação das sutilezas que a agricultura capitalista do dendê tende a oferecer, ou mesmo mantendo a autonomia produtiva familiar camponesa. (SOUSA; MACEDO, 2019, p. 542).

Aliados a expansão do dendê surgem inúmeros problemas de cunho social e ambiental, há uma enorme consequência social, como as vendas de terras, provocando o êxodo rural, pressão sobre comunidades e quilombolas (MACEDO, 2012), crise de identidade dos camponeses que aderiram ao dendê familiar e mudança nas organizações de trabalho nos sistemas produtivos (GLASS, 2013). Também é relatada a diminuição de culturas alimentares nos sistemas produtivos de agricultores familiares (SILVA; NAVEGANTES-ALVES, 2017) e inserção no assalariamento (SAAVEDRA, 2017). Com resultados recentes, Mota, Ribeiro e Schmitz (2019, p. 532), afirmam que:

> Em todos os nossos contatos com lideranças, agricultores e moradores de mais de 300 vilas, foi evidenciada preocupação quanto à insegurança alimentar, ao monocultivo, à subordinação a uma processadora e às transformações na vida local. Houve também quem demonstrasse expectativas referentes à dinamização da economia local, por meio da geração de renda e, principalmente, de empregos regulares para os jovens.

A produção de dendê trouxe contribuições positivas com o avanço de alguns indicadores sociais, como o nível de escolaridade e a melhoria nas condições de infraestrutura em Tomé Açu (SIMAS; PEREIRA, 2019). Por outro lado, as condições de saúde tiveram avaliação negativa por parte de alguns agricultores e moradores. Silva (2016) pondera alterações ocasionadas nos sistemas de produção familiar. Ele afirma que as mudanças são objetivas e subjetivas na condução dos estabelecimentos e que a integração à cultura possibilitou aos agricultores a melhoria na renda e condições de vida. Porém o autor ressalta que esta melhoria não é regra geral, pois há risco de ficar depende da cultura do dendê.

A pesquisa foi realizada na Vila Comissário, localizada na rodovia PA-140, km 10, no município de Concórdia do Pará-PA. Recorreu-se à abordagem qualitativa e

quantitativa. Para tal, utilizou-se levantamento de dados secundários e pesquisa de campo. De acordo com Brumer *et al*. (2008), o estudo qualitativo possibilita uma análise tanto em extensão quanto em profundidade.

Realizou-se coleta de dados secundários para subsidiar a análise proposta e compreender as principais temáticas abordadas como referencial teórico. As entrevistas abertas (MICHELAT, 1987) e as entrevistas orientadas por questionário foram realizadas com 28 moradores da Vila Comissário, em total, incluindo 11 agricultores familiares, 5 autônomos, 3 aposentados, 7 assalariados no dendê e 2 funcionários do serviço público. A sistematização se deu por meio de organização de dados em planilhas eletrônicas do Microsoft Office 2016 Excel e Word, a fim de elaborar os gráficos, tabelas e quadros e aplicação de estatística descritiva.

Objetiva-se neste trabalho, analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário em Concórdia do Pará e evidenciar como se apresentam as principais mudanças ocasionadas por esta atividade, do ponto de vista socioeconômico e ambiental. A narrativa do texto está construída em seis partes, além desta introdução: i) uma caracterização breve da vila Comissário e o perfil dos residentes; ii) uma apresentação dos sistemas de produção familiar, elencando a composição dos sistemas de cultivo e de criação; iii) uma discussão sobre o assalariamento nos campos de dendê, expondo as principais informações concernentes a este processo e os debates em torno da temática; iv) uma demonstração da pluriatividade no local apresentando de que forma se dá, dialogando com outros autores; v) uma exposição de outras observações de mudanças identificadas atribuídas à influência da dendeicultura, e vi) apresenta-se as considerações finais.

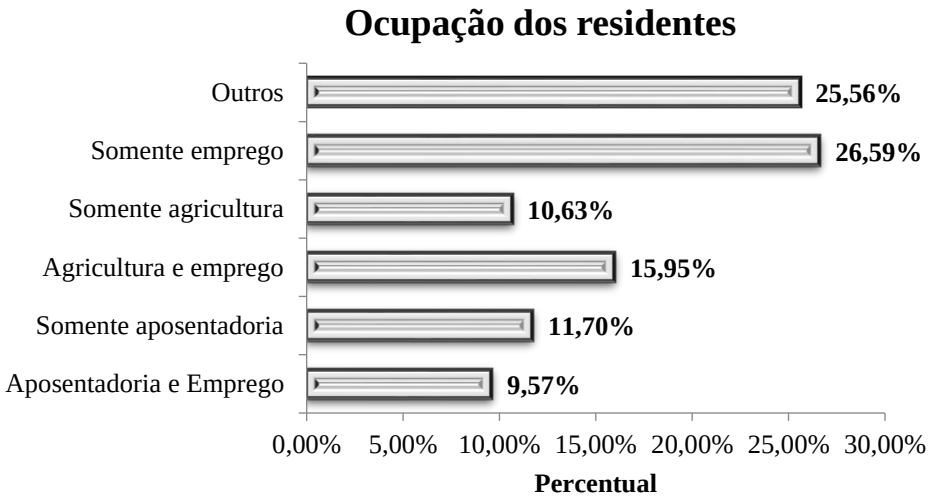
Espera-se com este trabalho, contribuir para reflexão das mudanças influenciadas por grandes empreendimentos, a exemplo da dendeicultura, nas comunidades rurais da Amazônia Oriental e mesmo do Brasil e de outros países tropicais onde a dendeicultura é presente. Assim, também é importante incentivar outros estudos concernente a temática, a fim de compreender os processos de mudanças no espaço rural e nos sujeitos que habitam nele.

2. CARACTERIZAÇÃO DA VILA COMISSÁRIO E O PERFIL DOS RESIDENTES

A Vila Comissário foi fundada a partir de 1960 com a abertura da rodovia PA-140, que liga o município de Santa Izabel do Pará, passando por Bujaru até o município de Tomé Açu. Inicialmente, a vila foi formada apenas por agricultores familiares. Com o desenvolvimento na região, principalmente, após o ano de 2008 com a implantação de uma empresa de dendê nas proximidades, foram surgindo novos moradores. Anteriormente a agricultura de subsistência era predominante, com a principal atividade sendo o cultivo da mandioca para a fabricação de farinha. Porém após a chegada da empresa muitos agricultores abandonaram suas terras ou venderam para a referida empresa de dendê e estão trabalhando na mesma como funcionários. Outros ainda acabaram por se integrarem à empresa, por meio do Pronaf EcoDendê com financiamento para plantio de dendê, produzindo e vendendo sua produção para a corporação.

Atualmente a vila é composta por 103 famílias contendo 363 pessoas, e destas apenas 10,63% trabalham somente com agricultura, como no plantio de mandioca e de outros cultivos, 15,95% com a agricultura de subsistência e possuem outro emprego, geralmente na empresa de dendê, e 26,59% possuem apenas o emprego. Outras categorias de renda incluem as políticas de previdência social para o campo (aposentadorias rurais), como mostrado em Figura 3:

Figura 3: Percentual de ocupação dos residentes na Vila Comissário



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

No que se refere ao fator idade, esta é diversificada, sendo que as pessoas possuem idades variando de 22 a 63 anos. Porém, a maioria dos familiares tem idade superior a 35 anos, e a maior parte em condições plenas de trabalho. Ressalta-se que apenas uma família é composta somente pelo casal. Essas famílias entrevistadas em sua maioria já possuem suas terras há muitos anos oriundas de herança familiar, doadas para a matriarca ou patriarca da família. Dos entrevistados apenas um cita que a tomada de decisão referente ao lote é realizada pelo homem, e na maioria há um consenso de decisões com a mulher e com os filhos.

Os entrevistados correspondem a 7,5 % (28) dos residentes. Identificamos as seguintes categorias: somente emprego, agricultura de subsistência, agricultura com outro emprego e agricultura e aposentadoria. Dentre os entrevistados, 85,7 % foram homens e 14,3 % mulheres. A maioria possui ensino fundamental incompleto.

3. SISTEMAS DE PRODUÇÃO FAMILIAR

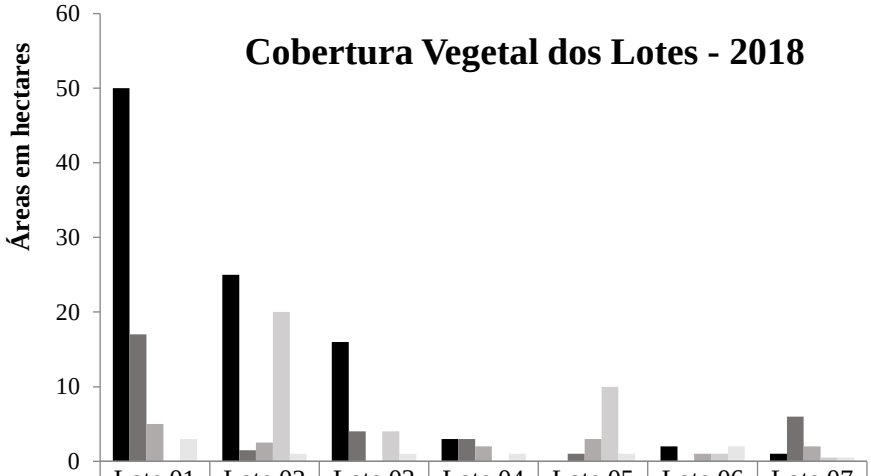
Os lotes dos agricultores da vila apresentam o sistema de produção[6] composto por cultivo e criação. As características foram identificadas durante a pesquisa, em sete estabelecimentos.

O sistema de produção é o mecanismo utilizado para identificar como se caracteriza o estabelecimento do agricultor e as suas peculiaridades. Identificou-se nas entrevistas que três famílias utilizam os recursos hídricos do igarapé para algumas atividades familiares e possuem poço e as possuem apenas poço artesiano. Outra característica importante é a cobertura vegetal, pois apesar dos agricultores se utilizarem desta para realizarem sua produção, em alguns lotes estes ainda deixam uma quantidade significativa de mata, como observa-se na Figura 4, que analisa de forma mais detalhada a cobertura vegetal de 07 propriedades agrícolas familiares, escolhidos entre os 28 entrevistados (25%

[6] "Sistema de Produção (*farming system* / *système de production*): é a combinação de sistema(s) de cultivo e/ou sistema(s) de criação dentro dos limites autorizados pelos fatores de produção de que uma unidade de produção agrícola dispõe (disponibilidade de força de trabalho, conhecimento técnico, superfície agrícola, equipamentos, capital, etc.). Integra igualmente as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais realizados dentro dos limites da unidade de produção agrícola" (DUFUMIER, 2007 *apud* MIGUEL, 2009, p. 24).

do total da amostra) para exemplificar essa discussão:

Figura 4: Cobertura vegetal nos lotes de 07 agricultores no ano de 2018



	Lote 01	Lote 02	Lote 03	Lote 04	Lote 05	Lote 06	Lote 07
Mata	50	25	16	3	0	2	1
Capoeira	17	1,5	4	3	1	0	6
Culturas anuais	5	2,5	0	2	3	1	2
Culturas perenes e semiperenses	0	20	4	0	10	1	0,5
Sítio	3	1	1	1	1	2	0,5

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Como analisado na Figura acima, a área de mata ainda predomina em muitas propriedades, e com foco nelas realizamos nossa pesquisa como propostas de agricultura alternativa, como a recomendação da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) em áreas já degradadas. Durante as entrevistas uma entrevistada relatou que a insistência para deixar áreas de florestas conservadas é para que seus filhos desfrutarem posteriormente. Observa-se a existência de propriedades (2, 3,5) com destaque de culturas perenes e lotes (1,4,7) com plantio de culturas anuais.

O sistema de cultivo compreende as plantas cultivadas existentes nos estabelecimentos. A Tabela 1 mostra como estão distribuídos os principais plantios em 21 estabelecimentos dentre os 28 entrevistados (representando 75% da amostra).

Tabela 1: Composição do sistema de cultivo com as principais culturas

Cultivo	Quant. Agricultores	Destino
Dendê	2	Empresa
Mandioca	7	Consumo/venda
Pimenta-do-reino	2	Venda
Milho	1	Consumo
Açaí	7	Consumo
Arroz	1	Consumo
Urucum	1	Venda

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Todas as propriedades apresentam plantações de mandioca e açaí (*Euterpe oleracea* Mart.). A pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.) está presente em duas e o milho (*Zea mays* L), o arroz (*Oryza* sp.) e o urucum (*Bixa orellana* L.) estão em três propriedades. As culturas de arroz, milho e açaí são destinadas ao consumo familiar, e a mandioca é usada para consumo e também é comercializada, geralmente na vila ou vendida para familiares.

O urucum e a pimenta-do-reino são produzidos exclusivamente para a venda e a comercialização e é feita através de atravessadores que compram no próprio lote.

Os quintais das residências em sua maioria possuem árvores frutíferas, sendo diversificado de acordo com o interesse de cada proprietário, como observa-se na Tabela 2, que detalha os quintais de 07 lotes (25% da amostra entrevistada):

Tabela 2: Composição dos quintais das famílias

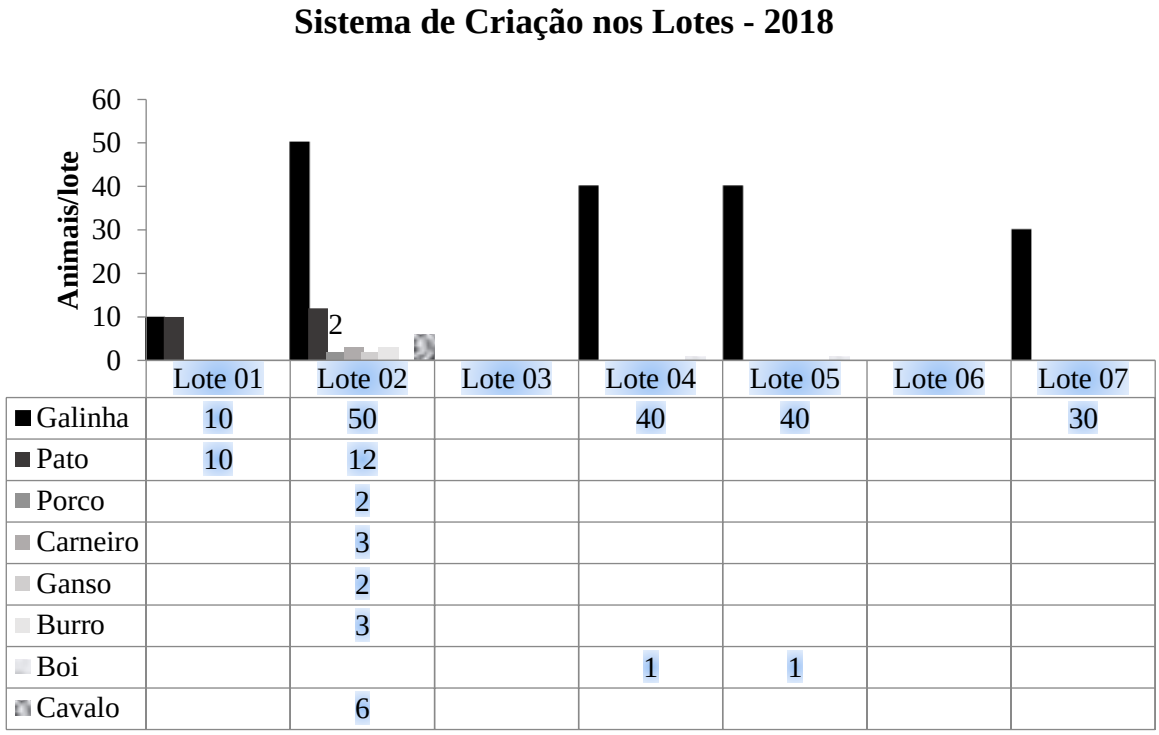
Quintal Florestal das Famílias entrevistadas							
Descrição	**Lote 1**	**Lote 2**	**Lote 03**	**Lote 4**	**Lote 5**	**Lote 6**	**Lote 7**
Açaí	100	50	1.500	100	200	500	50
Ameixa	-	-	-	01	-	-	-
Banana	-	20	-	-	15	-	20
Bacabi	-	-	-	10	-	-	-
Cupuaçu	70	50	-	05	60	100	30
Cacau	100	-	-	-	-	100	100
Graviola	-	-	-	-	03	-	-
Laranja	20	-	-	-	-	-	02
Manga	08	05	02	04	-	10	-
Mamão	-	10	-	-	-	-	-
Jaca	-	02	-	-	-	05	-
Jambo	-	-	01	01	-	-	-
Café	-	30	-	-	-	-	-
Coco	-	20	-	03	10	03	-
Castanheira	-	-	-	-	-	-	01
Limão	-	-	-	-	-	-	01

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Apesar da diversidade frutífera, o cultivo dessas plantas é exclusivamente para consumo. O caso da família do lote 03, o grupo pretende comercializar o açaí sendo cultivado próximo à residência, porém ainda não está produzindo. As demais famílias relataram que não têm a pretensão de comercializar seus produtos dos quintais. Eles relatam que a venda das frutas *in natura* resulta em retorno financeiro baixo, além de ser trabalhoso.

Definimos neste trabalho, com base em Landais, Lhoste e Milleville (1987 *apud* MIGUEL, 2009, p. 24), o sistema de criação como todos os animais que a família cria, maneja e utiliza. Neste estudo as entrevistas com 07 agricultores familiares (25% da amostra do total de entrevistados) apontam que as famílias, em sua maioria, utilizam animais unicamente para o autoconsumo (Figura 5):

Figura 5: Composição do sistema de criação



	Lote 01	Lote 02	Lote 03	Lote 04	Lote 05	Lote 06	Lote 07
Galinha	10	50		40	40		30
Pato	10	12					
Porco		2					
Carneiro		3					
Ganso		2					
Burro		3					
Boi				1	1		
Cavalo		6					

Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Como observado acima, os lotes 03 e 06 não possuem sistema de criação, o gado bovino que aparece nos lotes 04 e 05 são utilizados para tração animal e transporte de materiais dentro do lote. As famílias entrevistadas objetivam a curto prazo manter o que possuem atualmente e a longo prazo pretendem deixar o terreno para os filhos. Com isso, eles ainda mantêm a cultura de deixar uma herança para os filhos usufruírem futuramente (WANDERLEY, 2003). As galinhas, patos, porcos e carneiros são apenas para consumo.

Sobre a integração de agricultores ao agronegócio do dendê, no *locus* da pesquisa há três famílias cultivando por meio do financiamento (Pronaf EcoDendê); porém apenas um está com plantio está produzindo. Isso se explica pelo ano de plantio e por problemas enfrentados durante essa fase. No lote que possui dendê produzindo, utiliza mão de obra externa duas vezes por mês. Nos outros a força de trabalho é familiar e realizam as atividades de acordo com a necessidade de cada cultura e a disponibilidade de mão-de-obra familiar, podendo ser diariamente ou não. A venda é diretamente à empresa em que o contrato foi firmado.

A quantidade de integrados na Vila Comissário, é considerado baixa em relação às demais localidades nas proximidades. Chagas e Costa (2018) identificaram, em 2018, 22 agricultores com o financiamento somente no Projeto de Assentamento Benedito Alves Bandeira. Outras duas vilas próximas possuem um maior número de agricultores integrados também, quando se compara com o local de estudo desse trabalho. Os resultados desta pesquisa contrapõem-se, portanto, aos de Chagas e Costa (2018). Para melhor visualização, elaborou-se a Tabela 3 com as informações dos estabelecimentos dos agricultores integrados.

Tabela 3: Tipologia dos 03 agricultores integrados na Vila Comissário

Tipo	Cultivos	Destino	Animais	Destino
1 (2 agricultores)	Dendê+Pimenta do reino	Venda	Burro+Cavalo	Trabalho
	Mandioca	Venda e Consumo	Galinha + Pato+ Porco+ Carneiro+ Ganso	Consumo
	Manga+ Jaca+ Açaí+ Cupuaçu+ Mamão+ Café+ Coco+ Arroz+ Banana+Milho	Consumo		
2 (1 agricultor)	Dendê+Pimenta do reino	Venda	Gado bovino	Trabalho
	Mandioca	Venda/Consumo	Galinhas	Consumo
	Açaí+Banana+Cupuaçu +Graviola +Coco	Consumo		

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Como mostra a tabela, os estabelecimentos dos integrados têm diversidade de cultivo, apresentando muitos cultivos utilizados para o autoconsumo e o dendê a pimenta do reino são as únicas culturas destinadas para venda. Vale lembrar que, o agricultor tipo 1 destaca-se como um dos mais produtivos, tanto em culturas alimentares como em criação de animais.

4. O ASSALARIAMENTO NOS CAMPOS DE DENDÊ

Além da integração, o dendê se apresenta nos municípios com grande influência na contratação de mão de obra. O assalariamento no dendê é questionado por vários autores. Macedo e Sousa (2015), desenvolveram trabalhos nos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, e ressaltam que ao passo que suscita a superexploração do trabalho, propicia a recriação do campesinato de agricultores que se inserem, uma vez que utiliza o salário ganho para adquirir utensílios e produtos para a roça.

Oliveira (2007) coaduna com esta ideia, pois o sistema capitalista ao mesmo tempo que sujeita os camponeses permite uma recriação. Contrário à essas ideias, Nahum e Santos (2014) consideram como descampesinização, isto é, um campo sem camponeses.

As pessoas assalariadas nas empresas de dendê que moram na vila, somam 17. Tem entre 23 e 50 anos de idade; uma é mulher e as demais são homens. Biopalma da Amazônia e Dendê do Tauá são as empresas que têm influência na vila. Antes da chegada dessas empresas, a atividade econômica na vila era a agricultura e o serviço público na prefeitura. De acordo com a pesquisa, a maioria dos trabalhadores têm escolaridade entre ensino fundamental e médio incompletos. Um número reduzido possui maiores níveis de estudos. A maioria dos assalariados trabalha nos plantios em atividades específicas de cuidados à planta.

A maioria dos assalariados trabalham nas empresas de dendê, iniciando a partir do ano de 2011, coincidindo com a instalação da empresa Biopalma, que é a maior e mais importante empresa de dendê na região. Dessas pessoas, duas relataram que gostariam de sair da empresa para ter o próprio negócio. Outras pretendem continuar, pois afirmam que o trabalho assalariado tem muitas vantagens, como salário fixo no final do mês, garantia de direitos e possibilidade de investir no próprio negócio e na agricultura. Quanto a isso, somente dois não são agricultores. Após o assalariamento, os agricultores em sua maioria continuaram realizando atividades nos estabelecimentos. Apenas um agricultor relatou ter deixado a agricultura, e três apontaram para dificuldades em conciliar as duas atividades. Segundo os trabalhadores, é possível a conciliação do assalariamento com a agricultura familiar porque o horário do serviço na empresa permite. A Biopalma trabalha no sistema de expediente 4x4, em que trabalham quatro dias e folgam quatro. Na outra empresa a jornada é de 06h às 14h30min, possibilitando o restante do tempo para desenvolver outras atividades.

Sobre o assalariamento temporário dos agricultores, Sousa e Macedo (2019) afirmam que esta condição tem contribuído para a garantia da sua reprodução. Sousa (2019, p. 35) confirma que, “o assalariamento nos canteiros da palma de óleo surge como estratégia ou criatividade da família em gerar renda complementar que assegure o bem-estar social dos integrantes da unidade doméstica, mediante às novas necessidades que surgem no decorrer da vida no campo”. Este autor

afirma ainda que "o assalariamento se torna uma ação da campesinização no espaço agrário, à medida que mantém a unidade familiar em funcionamento, ressignificando o território de vida a partir de outras rendas e não mais exclusivamente da roça" (p.35-36), contrariando Nahum e Santos (2014).

A questão levantada entre os agricultores da vila em relação ao assalariamento é a dificuldade de encontrar alguém para trabalhar em seus lotes. De fato, isso é comprovado, pois as pessoas que trabalhavam como diaristas nas práticas de roça, também são assalariados nas empresas de dendê e em outros tipos de assalariamento. É válido salientar que, atualmente, há uma empresa de concretagem na vila, fundada por moradores que trabalhavam na construção civil em outras empresas. Por sua vez, garantiu assalariamento para alguns jovens, com isso houve diminuição da mão de obra disponível para agricultura. Em estudos recentes, Mota, Ribeiro e Schmitz (2019, p. 548) concluem que "em decorrência da instalação de monocultivos de dendê nos arredores, houve maior oferta de empregos e, consequentemente, menor disponibilidade de mão de obra localmente".

5. PLURIATIVIDADE

Acredita-se que uma das maiores influências da dendeicultura na vila é a pluriatividade, por meio da integração e assalariamento. A pluriatividade, no âmbito da agricultura familiar, se apresenta como estratégia para a garantia da produção de alimentos e de serviços, no contexto da distribuição dos fatores de produção, como terra e trabalho. Nessa perspectiva, a pluriatividade refere ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família (SCHNEIDER, 2003). No entanto, a economia do dendê no Nordeste Paraense reforça a pluriatividade com o trabalho assalariado nas empresas, que vem tomando espaço e ocasionando em formas mais simples e menos plural dos sistemas produtivos, dando uma outra configuração para o espaço rural, com novas oportunidades, desafios e formas do sistema de trabalho empregado na economia local, como mostra Menasche, Marques e Zanetti (2008). Em um sentindo mais amplo, Chaves, Brannstrom e Silva (2019) especulam que a pluriatividade pode ter maior rentabilidade ao longo tempo por possibilitar de oferecer uma resposta melhor no que diz respeito a adaptação às mudanças ambientais e econômicas.

> A diversificação pode ser entendida, de modo sucinto, como a associação racional de várias culturas em uma mesma propriedade agrícola ou agropecuária. Já, a pluriatividade é entendida aqui, como a prática da atividade agrícola em tempo parcial concomitante ao lado de outras atividades. Tanto a diversificação como a pluriatividade têm o objetivo de aumento da renda pessoal ou familiar. [...] As atividades econômicas antes tipicamente urbanas hoje instaladas no meio rural, ou seja, na propriedade familiar, levaram ao surgimento do agricultor pluriativo, o qual passa a combinar as atividades agrícolas com as não agrícolas como forma estratégica de complementar a renda familiar e de fazer com que todos os membros da família tenham ocupação (SILVA; PINHEIRO, 2019, p. 17-18).

No que se refere aos efeitos da pluriatividade na segurança alimentar, a integração entre agricultura familiar e as empresas agrícolas, tem consolidado novas possibilidades de renda. Entretanto, esse ambiente de oportunidade vem acompanhado da redução da capacidade das famílias em desenvolver sistemas de produção pluriativos. Porém, evidências recentes mostram que, no caso da microrregião de Tome-açu, a inserção das novas atividades nos sistemas de produção, são decorrentes da necessidade de assegurar o abastecimento da alimentação familiar, por meio da melhoria de renda com a venda da produção do dendê. Sobre isso, Chaves, Brannstrom e Silva (2019) ressaltam a importância que a presença de grandes empreendimentos exerce, colaborando na ascensão da pluriatividade e que ela é praticada como uma necessidade para manter o modo de vida e não como escolha dos grupos familiares.

Nessa perspectiva, de consolidar as estratégias de consumo (renda) e autoconsumo, alguns fatores são considerados importantes segundo Wanderley (2003), como a autonomia sobre a gestão dos recursos de produção e a segurança alimentar, que está diretamente relacionada com os sistemas de produção definidos pela família. É importante refletir a respeito da produção para o consumo familiar, sendo que está intimamente relacionada com a diversidade na produção na qual proporciona uma maior sustentabilidade à propriedade familiar. Os sistemas de produção familiar são caracterizados pela grande diversidade de seus componentes e variabilidade de suas estratégias para garantir sua reprodução socioeconômica, dentre elas está a produção de alimentos destinada para o autoconsumo. Segundo Grisa e Schneider (2008), o autoconsumo é uma estratégia recorrente entre os agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades.

6. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Além das questões suscitadas anteriormente, nos estudos sobre os impactos da chegada da dendeicultura há discussões sobre a especulação de venda de terras, porém não se obteve essa informação na vila. Diferentemente, Backhouse e Lehmann (2019, p. 08) identificaram na vila de Bucaiá, em Acará, por meio de relatos de um sindicato, que "a maioria dos camponeses venderam suas terras e se mudaram para os bairros pobres da cidade de Acará em um período de apenas dois anos".

Outra questão é a diminuição de áreas de cultivo. Se levarmos em consideração a quantidade de pessoas integradas ao projeto, percebe-se que houve diminuição, porém não significativa. Todos eles cultivavam mandioca (principal cultura alimentar cultivada) e ainda permanecem com a prática. Concernente a isso, Sousa e Macedo (2019, p. 546) corroboram que:

> A espacialização do cultivo da mandioca pelo nordeste paraense, enquanto uma produção da agricultura camponesa sinalizando que o trabalho assalariado e a integração ao cultivo da oleaginosa condiz como uma estratégia camponesa de reforçar a unidade doméstica, não necessariamente uma transição da agricultura de roça para a da palma do dendê.

É notório que a quantidade de farinha produzida, na vila, diminuiu, mas são necessários estudos mais focalizados nesta questão para afirmar se, de fato, foi a influência da dendeicultura. No entanto, supõe-se neste trabalho, que a diminuição se dá não unicamente à expansão do dendê, assalariando e integrando os agricultores e outros moradores da vila, mas também há um envelhecimento de pessoas costumeiras na produção da farinha. Aliado a isso, observa-se que a prática não tem sido perpetuada às outras gerações, pois as pessoas mais novas estão ingressando em outras formas de atividade econômica.

Outras influências são possíveis de serem observadas. Observa-se que após a chegada da dendeicultura, a vila expandiu em extensão, aumentando o número de moradores. Com isso, houve o surgimento de novos estabelecimentos comerciais como: sorveteria, restaurante e pequenos quartos (*kitnets*) para alugar. Foi possível observar os relatos de violência, por conta da vinda de outras pessoas, assim como demonstra (FERREIRA, 2016; RIBEIRO, 2017), dentre outros.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar a influência da dendeicultura na Vila Comissário e de que forma se apresentam as mudanças ocasionadas por esta atividade.

Levando em consideração os aspectos de caracterização com os agricultores familiares, conclui-se que é um meio rentável e que se utiliza da preservação ambiental para a promoção de uma qualidade de vida. Em vista dos argumentos apresentados pelas famílias na pesquisa de campo, observar que estas sentem orgulho de estarem nesses lugares que lhe proporcionam um bem viver. Percebe-se que as famílias se utilizam do meio para sobrevivência e pensam nas gerações que ainda vão utilizar deste meio. Em geral, os entrevistados não pretendem derrubar as áreas de mata, e sim conserva-las. Isso implica também em como eles estão utilizando suas áreas de cultivo, pois parte dos relatos dos entrevistados já tem essa consciência de realizar o manejo da terra e de associar com outras culturas para conserva-la. E isso é presente nas famílias em que a matriarca ajuda nas tomadas de decisões.

Acredita-se que as famílias que persistem em continuar na agricultura mesmo com a existência de influências para abandoná-la, insistem em dar seguimento a essa atividade, pois acreditam que a conservação do meio se dá, principalmente, pelos atores sociais que estão presente nos lotes, uma vez que estes são os que atuam diretamente nas propriedades e sabem as características, as potencialidades e fraquezas das áreas do lote, do ponto de vista do meio biofísico e socioeconômico.

Os sistemas de produção familiar, em sua maioria, são diversificados com culturas alimentares, anuais, perenes, área de mata e animais. Os sistemas com dendê, destacam-se por estar entre os mais produtivos e biodiversos. No entanto, é importante frisar que estes agricultores têm um histórico de muitos anos em seus lotes e cultivando-os.

Os agricultores integrados mostram-se esperançosos quanto à produção do dendê, e melhoria da renda. Observou-se que, apesar de introduzirem uma cultura demandante de muita mão de obra, eles continuaram cultivando as plantas alimentares, mesmo que em menor quantidade.

Quanto ao assalariamento, percebe-se uma grande contribuição na obtenção de bens duráveis e melhoria na estrutura física

das casas. Poucos, ao tornarem-se assalariados, deixaram a agricultura, outrossim, argumentam sobre a possibilidade de investimentos na agricultura com o salário adquirido na empresa, além do que podem conciliar os dois trabalhos devido o sistema de trabalho ser de quatro em quatro dias. Ter uma renda fixa é uma das maiores vantagens elencadas por essas pessoas.

Conclui-se que, a chegada da dendeicultura influenciou diretamente na atividade econômica da vila, uma vez que antes era apenas agricultura e serviço público (prefeitura) e, hoje, predomina o assalariamento. Os agricultores assalariados tornaram-se pluriativos, complementando a renda familiar com o salário ou vice-versa. Por conseguinte, influenciou na existência de novos estabelecimentos e melhoria de renda. Porém, também influenciou na segurança, tornando o lugar fragilizado quanto ao surgimento de assaltantes e roubos, devido o maior movimento de pessoas e expansão da vila.

Por fim, é importante destacar que esse estudo de caso pode trazer contribuições teóricas no que se refere a futuros estudos sobre a dendeicultura no território do Baixo Tocantins e também sobre a pluriatividade como categoria analítica na agricultura familiar regional.

8. REFERÊNCIAS

ABRAPALMA – Associação Brasileira de Produtores de óleo de Palma **Planilha de mapeamento da palma de óleo no Brasil**. 2014.

ANDRADE, R. M. T. de; MICCOLIS, A. **Biodiesel in the Amazon**. Working Paper nº 113. Nairobi, Kenya: World Agroforestry Centre, 2010.

APPOLINÁRIO. F. As dimensões da pesquisa. *In*: APPOLINÁRIO. F. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.p.59-71.

BACKHOUSE, M.; LEHMANN, R. New 'renewable 'frontiers: contested palm oil plantations and wind energy projects in Brazil and Mexico. **Journal of Land Use Science**, p. 1-16, 2019.

BARROS, M. J. B. **O uso agrícola do território e a integração da agricultura familiar no agronegócio do biodiesel de dendê-baixo Tocantins (PA)**. 2016. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de Brasília. 2016.

BASA – Banco da Amazônia. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar.

Contexto Amazônico, Belém, n. 22, 2012.

BIOPALMA da Amazônia. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. 2016. 50 p. Disponível em: <https://www.biopalma.com.br/pdf/relatorio-sustentabilidade-2016.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Presidência da República / Casa Civil, 2006. 03 p.

BRUMER, A. *et al*. A elaboração do projeto de pesquisa em Ciências Sociais. *In*: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org.). **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.

CARVALHO, G. **Monocultivo do dendê viola direitos e destrói a Amazônia.** Relatório de atividades de Campo. Projeto Dendê na Amazônia. FASE-Belém, 2013.

CHAGAS, H. S.; COSTA, R. J. **Sistemas de produção familiar no contexto da dendeicultura**: o caso do Assentamento Benedito Alves Bandeira. 2018. 60f. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso Bacharelado em Agronomia-IFPA-Castanhal. 2018.

CHAVES, L. O.; BRANNSTROM, C.; SILVA, E. V. Pluriatividade em uma comunidade pesqueira no litoral Leste do Ceará: estimativas e desdobramentos para a gestão dos recursos ambientais. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 293-324, abr., 2019.

COSTA, A. C. S. da. **Regularização ambiental sob a pressão da dendeicultura em uma região do Baixo Tocantins.** 2014. 38 f. Monografia (Especialização). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Belém, 2014.

FERREIRA, V. A. **As influências socioeconômicas e ambientais da cadeia produtiva do dendê no desenvolvimento local do Baixo Tocantins**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2016.

FONTOURA, A. F. da. **A produção para autoconsumo**: Características e importância para os sistemas de produção de pecuária familiar da fronteira Oeste do RS. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2012.

GLASS, V. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira:** elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Repórter Brasil. Fases: São Paulo - SP 15 p. Disponível em <http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Estudos Rurais - RER**, Piracicaba-SP, v. 46, n. 02, p. 481-515, jun. 2008.

MACEDO, C. O.; CARNEIRO, F.; SOUSA, D. **Novos projetos, velhas práticas:** o impasse entre camponeses e agronegócio do dendê no Pará. VI

Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Setembro de 2014.

MACEDO. C. O. **Agrocombustível e agricultura camponesa no nordeste paraense: o caso de nova esperança.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia-MG. Outubro de 2012.

MACEDO. C. O.; SOUSA, R. B. Novos projetos, velhas práticas: Os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. **Tempos históricos**, Paraná, v. 19, n. 1 p. 302-331, mar./jun. 2015.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutrição.** Campinas-SP, jul./ago. 2008.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia. *In*: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5 ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 531-552, 2019.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. S. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RIBEIRO, L. C. **“Mesmo com essas coisas ruins que o dendê trouxe, eu não saio daqui”:** resistência à agroindústria do dendê na comunidade do Castanhalzinho em Concórdia do Pará. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém. 2017.

SAAVEDRA, M. da P. C. **O "ir" para o assalariamento na agroindústria do dendê e o "voltar" para a comunidade quilombola**: o caso de Santo Antônio em Concórdia do Pará.2017. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2017.

SANTOS, A. R. da S. **Conflitos socioambientais, Capital e Dendeicultura**: as estratégias das empresas de dendê e suas contradições na Amazônia Paraense. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura Familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SILVA, E. M. da; NAVEGANTES-ALVES, L. de F. A ocupação do espaço pela dendeicultura e seus efeitos na

produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia**, n. 30, 2017.

SILVA, E. M. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, P.; PINHEIRO, A. S. Caracterização das unidades de produção familiares-um estudo junto aos produtores rurais associados ao sindicato dos trabalhadores rurais de Campos Lindos/TO. **Revista São Luís Orione**, v. 1, n. 14, 2019.

SIMAS, J. P.; PEREIRA, C. L. C. Energia e sustentabilidade: análise da viabilidade do cultivo de dendê para o desenvolvimento regional endógeno da Amazônia. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 184-198, 2019.

SOUSA, R. B.; MACEDO, C. O. Agronegócio do dendê e campesinato no Pará. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 525-549, maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2019v34n71p525>. Acesso em: 04 dez. 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, out. 2003.